



# POTENCIALIDADES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

*Pedro Meloni Nassar  
Fernanda Sá Vieira*

# POTENCIALIDADES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

*Pedro Meloni Nassar  
Fernanda Sá Vieira*

---

## **INTRODUÇÃO**

O ecoturismo é entendido como um segmento do turismo praticado em áreas naturais, proporcionando ao visitante, além do lazer, o contato com a história daquele ambiente e com a cultura local, promovendo a conservação dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, contribuindo para a melhoria das condições de vida das populações locais, através da geração de renda (TIES, 2015). No Brasil, é definido como uma atividade que utiliza, de forma sustentável, os patrimônios naturais e culturais para fins de visitação, promovendo o bem-estar das populações envolvidas e despertando a consciência ambientalista dos viajantes (EMBRATUR, 2002). O turismo de base comunitária alia a essas ideias o protagonismo das populações locais, que devem participar das ações de controle, desenvolvimento e da gestão da atividade (SALVATI, 2003).

O despertar do ecoturismo no Brasil remete à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Rio 92, no momento em que o mercado turístico brasileiro demonstrava, de certo modo, expectativa em relação ao desenvolvimento da atividade, tendo em vista as potencialidades do país, principalmente aquelas relacionadas à diversidade sociocultural e ambiental (OZORIO *et al.*, 2017).

Alguns anos mais tarde, com a promulgação da Lei 9.985/2000, criando o Sistema Na-

cional de Unidades de conservação (SNUC), o turismo passou, efetivamente, a ser uma atividade legalmente reconhecida dentro de áreas protegidas no país. Uma das principais dificuldades, no entanto, é a obrigação de que a atividade esteja prevista e regulamentada no plano de manejo da unidade, e, como é de conhecimento, principalmente na realidade amazônica, a implementação desses planos ainda é um grande desafio (SIMONETTI e NASCIMENTO, 2012).

O turismo é uma das atividades desenvolvidas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Segundo o SNUC (2000), “é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área”. Unidades de conservação como as RDS Mamirauá e Uatumã preveem em seus planos de gestão a realização de atividades turísticas.

O ecoturismo é tido, muitas vezes, como uma ferramenta economicamente sustentável para a floresta amazônica (JANÉR, 2017). No Brasil, registrou-se uma tendência de investir no ecoturismo em unidades de conservação, objetivando gerar recursos para a conservação da biodiversidade e simultaneamente complementar a renda das comunidades locais (PERALTA, 2005). Essa possibilidade de correlação direta entre a geração de benefícios econômicos para as populações locais e o apoio às estratégias de conservação dos recursos naturais é comum entre alguns autores (PERALTA, 2017). Por outro lado,

a ideia nem sempre é corroborada por outros, que entendem ser essa uma interação muito mais complexa (DIMANCHE e SMITH, 1996; STRONZA, 2007).

É preciso entender que o turismo de base comunitária (TBC) se propõe a muito mais do que a simples geração de renda. Para Wunder (2000), a arrecadação provinda do ecoturismo deve ser um complemento da renda das comunidades rurais, de forma a não causar uma dependência econômica exclusiva da atividade. Ozorio *et al* (2017) descrevem como o turismo pode ser uma alternativa para contribuir com a consolidação das unidades de conservação, se estabelecendo na vida dos moradores, representando mais do que a mera geração de benefícios econômicos e a conservação do meio ambiente, se incorporando ao modo de vida local, modificando a noção de territorialidade, o significado da vida e a própria identidade.

Um das principais iniciativas de turismo de base comunitária de sucesso no Brasil é a Pousada Uacari, localizada na RDS Mamirauá, no estado do Amazonas. Administrada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA), através do Programa de Turismo de Base Comunitária (PTBC), em parceria com onze comunidades locais, a pousada se tornou um modelo de TBC na Amazônia, promovendo benefícios econômicos e intangíveis para os moradores.

Com base nas ações de turismo desenvolvidas na RDS Mamirauá, o IDSMA coordenou as pesquisas para a implementação do TBC também na RDSA (LIRA NETO, 2015). A proposta de desenvolver a atividade na vizinha Unidade de Conservação objetiva a diminuição da pressão sobre os recursos naturais tradicionalmente explorados pela população, a diversificação da cadeia produtiva local, além da valorização dos patrimônios cultural e natural e o empoderamento dos moradores locais, fortalecendo o sentimento de pertencimento à área (OZORIO, 2009).

Este capítulo tem por objetivo descrever o processo instituído na tentativa de implementar o ecoturismo na RDSA, assim como avaliar as potencialidades identificadas para o desenvolvimento do mesmo. O estudo foi realizado através da revisão de trabalhos e de relatórios de pesquisa já publicados, valendo-se também de informações obtidas pela participação em reuniões e assembleias da UC que discutiram o tema.

## Histórico de Pesquisas sobre Turismo na RDSA

Antes de qualquer intervenção junto às comunidades da RDSA, foi realizada uma pesquisa, no ano de 2006, para aplicação de questionários a grupos de turistas em visita à Pousada Uacari, da RDS Mamirauá. O objetivo da consulta era conhecer o perfil desse turista, averiguando o seu interesse em visitar também a RDSA, assim como as suas principais expectativas em termos de atividades, programação, hospedagem, etc.

A primeira etapa para diagnosticar as possibilidades de desenvolvimento do turismo na RDSA remonta a janeiro de 2007, quando foram realizadas as primeiras reuniões com nove comunidades localizadas entre o lago Amanã e o paraná de mesmo nome para discutir o tema. Os objetivos foram estabelecer um primeiro contato, agendar uma oficina sobre turismo e conhecer algumas áreas de interesse turístico no lago Amanã (PERALTA, 2007).

Em novembro de 2007, uma nova viagem de contato foi realizada, desta vez, visitando duas comunidades, uma que havia se manifestado negativamente com relação à realização de atividades turísticas no local, e outra que não havia sido visitada no primeiro momento (PERALTA, 2007).

A primeira pesquisa mais sistematizada sobre o assunto começou a ser desenvolvida em março de 2008, sendo finalizada em agosto de 2009. O objetivo geral foi realizar um levantamento, identificando e avaliando os atrativos turísticos locais, bem como a infraestrutura disponível na RDSA para receber os turistas, e conhecendo a realidade socioambiental das comunidades para subsidiar o planejamento do turismo na UC (OZORIO, 2009).

Complementando o estudo de Ozorio (2009), Coelho (2012), entre dezembro de 2009 e agosto de 2012, buscou avaliar a viabilidade social, ambiental e econômica do turismo de base comunitária na RDSA.

Em 2010, foram realizados dois eventos para tratar do assunto: uma oficina e um intercâmbio receptivo na Pousada Uacari. Da primeira participaram 15 moradores de cinco comunidades da RDSA. Do intercâmbio participaram seis moradores da RDSA, da Reserva Extrativista do Rio Unini e do Parque Nacional do Jaú. Nos dois casos houve troca de experiências sobre o tu-

rismo entre os representantes da Pousada Uacari e os moradores das outras UCs.

O último estudo realizado sobre turismo na RDSA foi conduzido por Lira Neto (2015), à época, aluno do Centro Vocacional Tecnológico<sup>4</sup> do IDSM que, naquele ano, se propôs a articular e definir os atrativos e as normas para o desenvolvimento das atividades de TBC no lago Amanã.

## Resultados

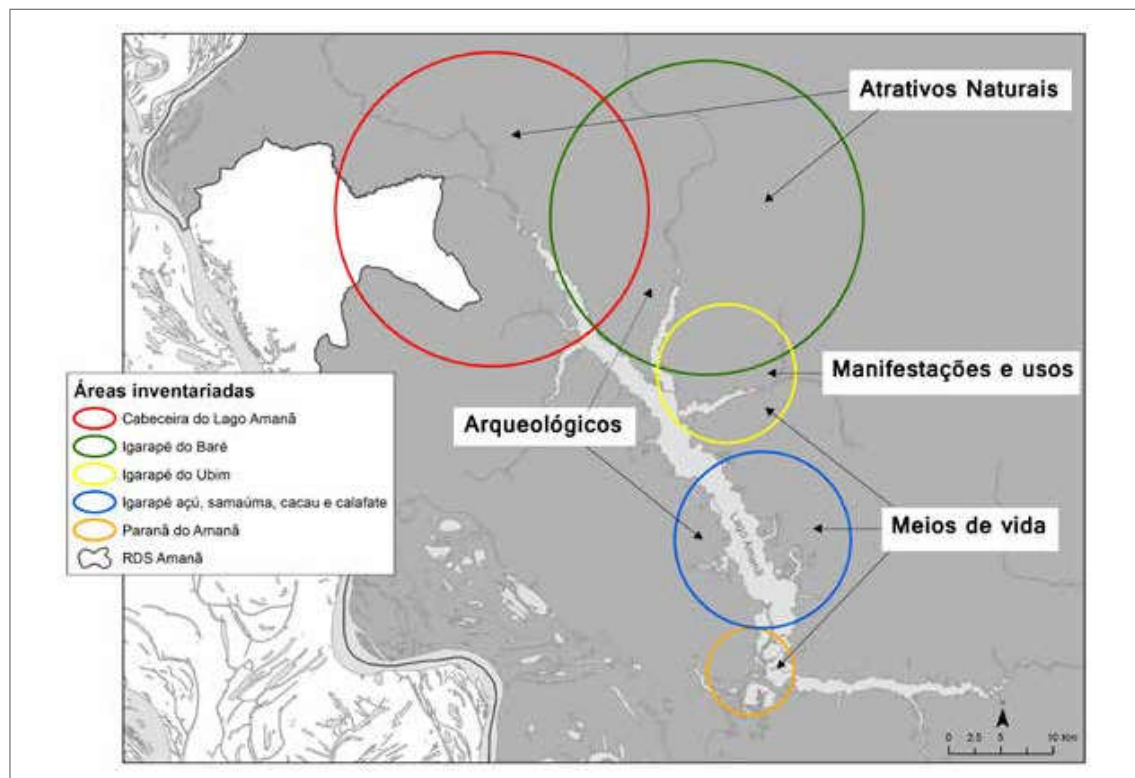
### Atrativos Turísticos

O estudo de Ozorio (2009) mostrou que a RDSA apresenta uma oferta turística potencialmente rica, com possibilidade de com-

portar um produto ecoturístico diversificado e singular em termos de atrativos e atividades. O levantamento desses atrativos foi realizado em cinco áreas distintas da região do lago Amanã (Figura 58). A escolha destas áreas foi feita através de oficinas de mapeamento turístico participativo, levando em conta o interesse das comunidades em participar da pesquisa.

A análise preliminar sugeriu um turismo local direcionado, primeiramente, a enfatizar as atividades de interação dos visitantes com a natureza (com observação da vida selvagem, caminhadas em trilhas, passeios de canoa, etc.); de forma complementar, aparecem as indicações para explorar os atrativos arqueológicos, o contato com os meios de vida locais, as manifestações e usos tradicionais da população, conforme demonstrado no Quadro 10.

**Figura 58-** Áreas inventariadas para o desenvolvimento do turismo na região do lago Amanã e principais atributos turísticos.



Fonte: Ozorio, 2009.

<sup>4</sup> O Centro Vocacional Tecnológico do IDSM visa a capacitação e o aperfeiçoamento técnico de produtores rurais ligados a associações comunitárias. Disponível em: <[www.mamiraua.org.br](http://www.mamiraua.org.br)>

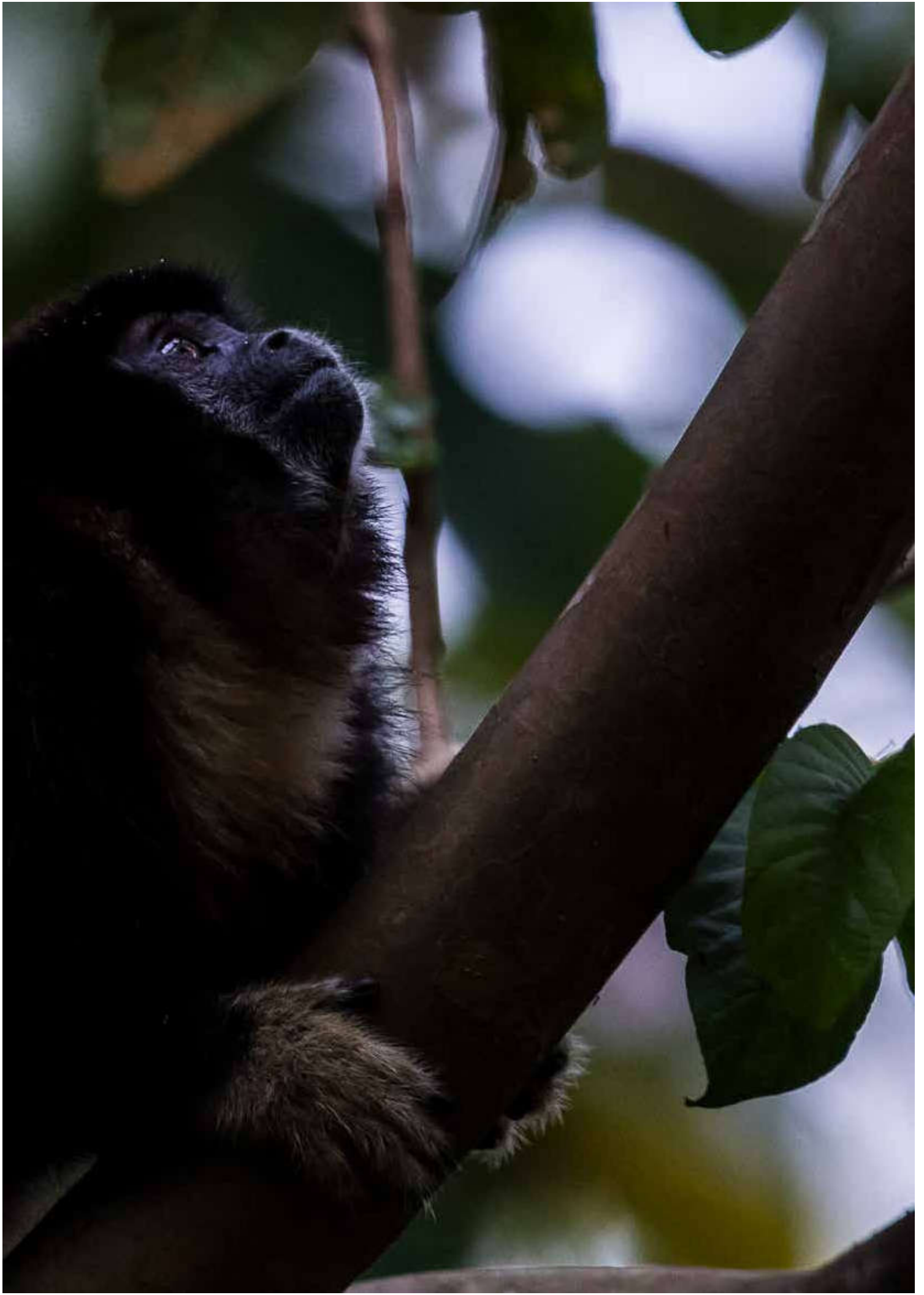
**Quadro 10** - Principais atividades potenciais na região do lago Amanã.

Orientação	Principais atividades potenciais	
Observação de vida selvagem	Observação de ariranhas e lontras	Atividades principais
	Observação de aves	
	Visita a ninhal de socó azul	
	Observação de primatas	
	Focagem de anta em chupador	
	Focagem de acará disco	
	Passeio de canoa	
Caminhada na terra firme		
Trilha interpretativa	Atividades principais	
Passeio de canoa		
Passeio de barco		
Acampamento na praia		
Contemplação	Amanhecer/entardecer	
	Banho em igarapé/lago	
Relaxamento/ ócio	Banho em praias fluviais	Atividades complementares
	Peixe assado na praia	
Atividades físicas/ desafios	Trilha noturna	
	Acampamento na terra firme	
	Trekking	
	Pesca esportiva	
Histórico-culturais	Visitas a sítios arqueológicos	
	Pesca tradicional diurna	
	Demonstração da exploração da seringa (abordagem histórica)	
	Atividades rurais	
	Visita à comunidade	
Científica	Noite cultura (banda local + rodas de história)	
	Palestras com pesquisadores	
	Saídas curtas com pesquisadores (campo, laboratório)	
	Visita a centro de reabilitação de mamíferos aquáticos	
	Participação em pesquisas e/ou atividades de manejo	
	Cursos/Workshops	
<b>Quanto mais escura a faixa mais secundário é o atrativo.</b>		

Fonte: Ozorio, 2009.







A partir dos dados levantados por Ozório (2009), e das reuniões realizadas com o grupo de trabalho de turismo, constituído por quatro comunidades (Baré, Boa Esperança, Sítio Cacau e Ubim), Lira Neto (2015) selecionou alguns atrativos considerados mais importantes na Reserva, avaliando-os segundo uma série de aspectos, como a distância percorrida para alcançar o atrativo, o tempo de deslocamento (de acordo com cada tipo de embarcação), o gasto de combustível, a época do ano mais indicada para a atividade, o horário de saída e a duração da atividade, assim como a dificuldade física a ser enfrentada pelo visitante para cumprir cada atividade.

O Quadro 11 a seguir, apresenta uma descrição dos atrativos turísticos do lago Amanã – RDSA, de forma pormenorizada.



**Quadro 11 - Levantamento de atrativos do lago Amanã.**

Atrativos	Época	Transporte	Tempo de deslocamento (por trecho)	Quantidade combustível	Turno	Horário de saída	Duração do passeio	Local do passeio	Exigência de preparo físico dos visitantes
<b>Passaral do jabuti de socó azul</b>	Março a junho	Barco,	3 h	20 l	Manhã	07 h	1h	Igarapé do Baré	Não
		Voadeira,	1h	30 l gasolina pura	Tarde	01 h			
		Canoa rabeta	2h 30 min	12 l gasolina pura	Manhã	07 h			
<b>Passaral do São Sebastião de socó azul</b>	Março a junho	Voadeira, 15 hp	2h	50 l gasolina pura	Manhã e tarde	07 h	1h	Igarapé do Baré	Não
		Canoa rabeta	4h 30 min	15 l gasolina pura	Manhã	07 h			
<b>Passeio no igapó</b>	Março a julho				Manhã	8h 30min	1 a 2h	Igarapé do Ubim,  Baré e Jua Grande	Não
		Canoa	1h	5 l gasolina	Tarde	15h			
<b>Passeio no lago</b>	Ano todo	Canoa,		2 l gasolina pura	Manhã	07h	1 a 2h	Lago Amanã	Não
		Voadeira,	5min	5 l gasolina	Tarde	5h 30min			
		Barco		5 l	Noite	20h			

CONTINUA...

**Quadro 11 - (Continuação)**

Atrativos	Época	Transporte	Tempo de deslocamento (por trecho)	Quantidade combustível	Turno	Horário de saída	Duração do passeio	Local do passeio	Exigência de preparo físico dos visitantes
<b>Pesca tradicional</b>	Ano todo	Canoa	30 min	4 l gasolina	Manhã	07h	30 min a 1h	Baré, Ubim, Boa Esperança, Nova Esperança, Santa Luzia e Cacau	Não
					Tarde	5h			
<b>Fachear</b>	Agosto a março	Canoa	25 min	2 l gasolina pura	Noite	20 h	1h	Baré, Ubim, Boa Esperança, Nova Esperança e Cacau	Não
<b>Roçado/ agricultura</b>	Ano todo	Canoa	1h	2 l gasolina pura	Manhã	07h	1h	Baré, Ubim, Boa Esperança, Nova Esperança e Cacau	Sim
					Tarde	14 h			
<b>Possibilidade de avistamento de ariranhas e lontras</b>	Agosto março	Canoa	2h	10 l gasolina	Manhã	8h e 30	50 min	Igarapé Jua Grande, Barriga Azul, Igarapé do Baré, Capoeirinha	Não
					Tarde	02 h			

CONTINUA...

**Quadro 11 - (Continuação)**

Atrativos	Época	Transporte	Tempo de deslocamento (por trecho)	Quantidade combustível	Turno	Horário de saída	Duração do passeio	Local do passeio	Exigência de preparo físico dos visitantes
<b>Observação de aves</b>	Ano todo	Canoa e voadeira	3 h	20 l gasolina	Manhã	07h	1h	Ubim, Jua grande, Baré e lago Amanã	Não
					Tarde	2 h			
<b>Fachear</b>	Agosto a março	Canoa	25 min	2 l gasolina pura	Noite	20 h	1h	Baré, Ubim, Boa Esperança, Nova esperança e Cacau	Não
<b>Visita a ninho de gavião real e uiraçu</b>	Ano todo	Canoa	1h 30min	5 l gasolina	Manhã	08h	1h	Boa Esperança e igarapé do Baré	Sim
		Voadeira	50min	12 l gasolina					
<b>Possibilidade de avistamento de bicós</b>	Março a agosto	Canoa	40 min a 1h	3 l gasolina	Manhã	7h e 30min	1h	Baré, Ubim, Jua Grande e Taboca	Não
		Voadeira		5 l gasolina	Tarde	03 h			

CONTINUA...

**Quadro 11 - (Continuação)**

Atrativos	Época	Transporte	Tempo de deslocamento (por trecho)	Quantidade combustível	Turno	Horário de saída	Duração do passeio	Local do passeio	Exigência de preparo físico dos visitantes
<b>Possibilidade de avistamento/ focagem de anta em chupador “trilha noturna na floresta”</b>	Setembro a outubro	Canoa	2 e 30h	10 l gasolina	Tarde	2 h	6 a 12h	Capoeirinha Jua grande (Igarapé) - local Lagunho.	Sim
					Manhã	8 h			
<b>Caminhada na terra firme</b>	Julho a dezembro	Canoa	1 h	15 l	Tarde	14h e 30min	1 a 2 h	Baré, Ubim, Boa Esperança, Nova Esperança, Cacau e Santa Luzia	Sim
		Voadeira							
<b>Acampamento na praia</b>	Setembro a novembro	Barco,	40 min	5 l gasolina pura	Manhã	07 h	Pernoite ou algumas horas	Ponta do Joari, Igarapé do Baré e Jua grande e Cacau	Não
		Voadeira,	20 min	10 l gasolina pura	Tarde	02 h			
		Barco	40 min	8 l	Manhã	19 h			
<b>Possibilidade de avistamento de bicós</b>	Março a agosto	Canoa	40 min a 1h	3 l gasolina	Manhã	7h e 30min	1h	Baré, Ubim, Jua Grande e Taboca	Não
		Voadeira		5 l gasolina	Tarde	03 h			

CONTINUA...

**Quadro 11 - (Continuação)**

Atrativos	Época	Transporte	Tempo de deslocamento (por trecho)	Quantidade combustível	Turno	Horário de saída	Duração do passeio	Local do passeio	Exigência de preparo físico dos visitantes
<b>Amanhecer/ entardecer</b>	Ano todo	Canoa	5 min	A depender da distância do local	Manhã	5h e 30min	1h	Lago Amanã	Não
		Voadeira			Tarde	5h e 40min	50 min		
<b>Banho no lago</b>	Ano todo	Canoa	5 min	5 l gasolina	Manhã	livre	50 min a 1 h	Lago Amanã	Não
		Voadeira			Tarde				
<b>Peixe assado na praia</b>	Durante o período seca	Canoa	50 min	3 l gasolina	Manhã	07h e 12h e 30min	2 h	Ponta do Joari, Igarapé do Baré e Juá grande	Sim
		Voadeira	30 min	10 l gasolina					
<b>Visita de comunidades</b>	Ano todo	Canoa	50min	3 h	Manhã	07h	2 a 3 h	Baré, Ubim, Boa Esperança, Nova esperança, Cacau e Santa Luzia	Não
		Voadeira	35 min	7 l gasolina	Tarde	04 h			

CONTINUA...

**Quadro 11 - (Continuação)**

Atrativos	Época	Transporte	Tempo de deslocamento (por trecho)	Quantidade combustível	Turno	Horário de saída	Duração do passeio	Local do passeio	Exigência de preparo físico dos visitantes
<b>Visita de criações de abelhas sem ferrões</b>	Ano todo	Canoa	40 min	5 l gasolina	Manhã	8:30 h	50 min	Boa esperança	Não
		Voadeira	30 min	12 l gasolina	Tarde	3 h	1 h	Baré e Cacau	
<b>Sítios arqueológicos</b>	Julho a maio	Canoa	40 min	5 l gasolina	Manhã	8:30 h	50 min	Boa esperança	Não
		Voadeira	30 min	12 l gasolina	Tarde	3 h	1h e 30min	Baré e Cacau	

Fonte: Lira Neto, 2015.



## Segmentos Indicados

### Observação de Aves

A observação de aves é considerada o principal segmento dentro do turismo de natureza, envolvendo cerca de 80 milhões de pessoas no mundo inteiro (CURTIN e WILKES, 2005; SANTOS, 2006). Desde 1995, o número de pessoas que se autoproclamam como observadores de aves cresceu mais de 27% (CURTIN e WILKES, 2005).

A RDSA possui uma avifauna diversa, com o registro, até o momento, de mais de 430 espécies. Algumas dessas aves são de grande apelo para o turismo, seja por sua beleza, raridade ou até mesmo pelo seu status de conservação. Além disso, já existem algumas programações dedicadas às aves, como as visitas ao ninho de gavião-real (*Harpia harpija*) e ao passaral de garça-da-mata (*Agamia agami* – Figura 59). Outras espécies de interesse turístico são o uirapuru-verdadeiro (*Cyphorhinus arada*), o urumutum (*Nothocrax urumutum*), o jacamim (*Psophia leucoptera*), o papagaio-dos-garbes (*Amazona kawalli*), somente para citar algumas (BERNARDON e BERNARDON, 2012).

Embora distante do principal centro urbano receptivo da região (Tefé), existe uma potencial sinergia para a observação de aves encontradas entre as duas Reservas, RDSA e a RDS Mamirauá. A primeira possui aves de diversos ambientes, mas principalmente na terra firme, enquanto que a segunda possui uma avifauna exclusivamente ligada à várzea. Um roteiro combinado entre as duas UCs proporciona a observação de um número muito elevado de espécies (BERNARDON e BERNARDON, 2012).

---

### Turismo Científico

Bourlon e Mao (2011) identificaram quatro tipos de turismo científico: turismo de aventura com dimensão científica; turismo cultural com conteúdo científico; ecovoltariado científico; e turismo de pesquisa científica. Todos são potencialmente executáveis na RDSA. Coelho (2012) avaliou que o principal foco de interesse dos visitantes seria a participação em atividades de pesquisa, sendo que esta poderia ser conduzida por voluntários locais, alunos de ensino fundamental e até estudantes de pós-graduação, do Brasil e do exterior, tendo em vista as pesquisas científicas e as atividades de manejo realizadas pelo IDSM na UC.

A realização do turismo científico necessita, obrigatoriamente, de uma profunda sinergia entre as atividades de pesquisa e o turismo. O turismo deve estar em consonância com as atividades dos pesquisadores, devendo ser desenvolvido através de parcerias entre ambos. Embora existam muitas pesquisas sendo realizadas na RDSA, até hoje, a iniciativa para discutir a atividade de forma conjunta ocorreu apenas com o grupo de pesquisas sobre o peixe-boi. Em 2010, foi organizado um planejamento para receber visitantes no centro de reabilitação da espécie, definindo os objetivos e as regras de visitação (COELHO, 2012).

---

### Turismo Vivencial

No turismo vivencial o visitante busca um contato direto com as comunidades locais, sem artificialidade, resultando uma relação turista-local mais profunda (MAYO, 2006). O visitante não deseja apenas conhecer a cultura local, mas participar das atividades cotidianas da comunidade visitada (Figura 59), se dispondo a uma postura menos exigente quanto ao tipo de hospedagem e alimentação, podendo compartilhar todos os espaços com os moradores locais (COELHO, 2012).

É difícil dimensionar o tamanho do público que opta pelo turismo vivencial, pois trata-se de um turista que viaja de maneira mais independente, sem mediação de agências e operadoras de turismo. Ao mesmo tempo, é um público que dá mais preferência aos guias locais (*Lonely Planet*, por exemplo) e que é menos exigente em relação à infraestrutura (COELHO, 2012).

As viagens-piloto propostas pelo estudo de Coelho (2012) resultaram em boa aceitação por parte dos visitantes que, na maior parte das vezes, utilizaram o transporte local, se hospedaram nas comunidades e puderam usufruir de um rico e proveitoso contato com o modo de vida local.

---

### Turismo Fluvial e de Pesca

O lago Amanã, possui um potencial para a implementação de ecoturismo fluvial, dispondo de embarcações para transporte e hospedagem dos visitantes. Neste tipo de atividade é possível realizar um roteiro abrangendo diferentes regiões do lago.

A operação pode ser feita pela comunidade, com a possibilidade de firmar parcerias com empresas que desenvolvem este tipo de turismo.

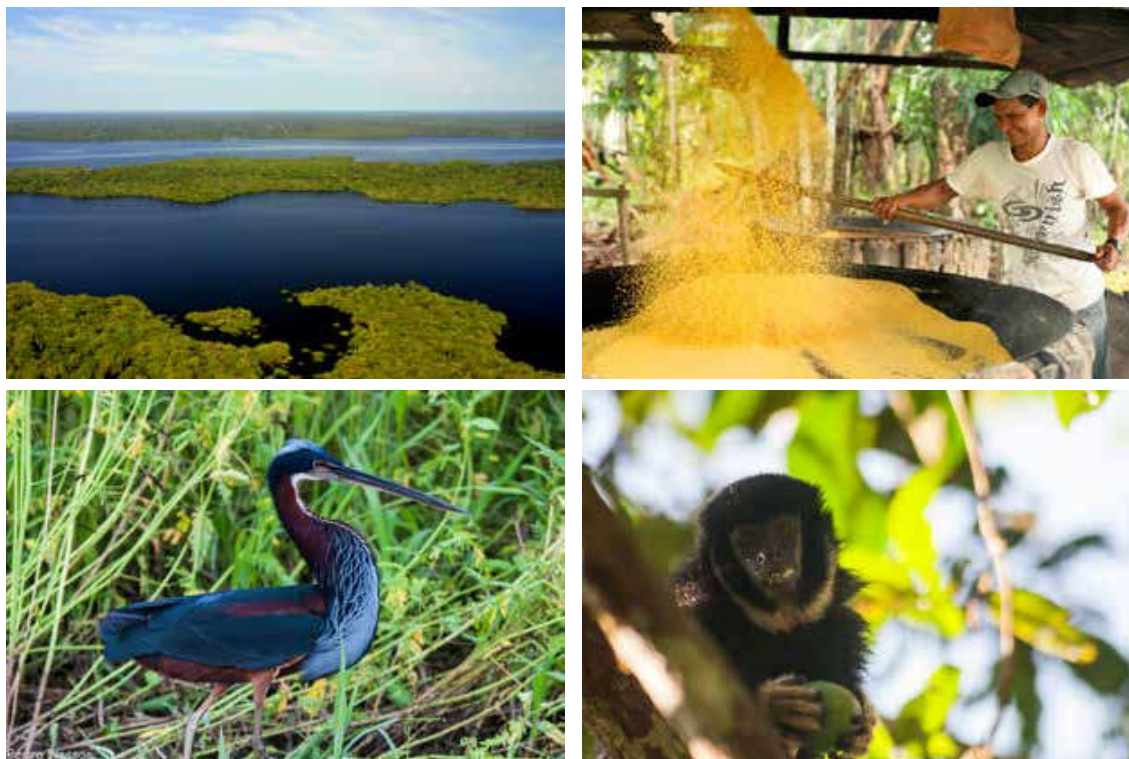
Na região do rio Unini (região nordeste da RDSA), que possui sua bacia protegida por três unidades de conservação (Parque Nacional do Jaú, RDSA e a Reserva Extrativista do rio Unini), foi firmado, em 2004, um acordo de pesca com zoneamento das áreas para cada tipo de atividade no rio, incluindo áreas para pesca comercial, pesca artesanal, pesca desportiva e recreativa. Porém, em 2007, a atividade foi suspensa após ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal contra as operadoras de turismo do Unini. Caso a atividade volte a acontecer, é importante que os moradores do rio estejam organizados para fazer valer suas demandas, ou mesmo para conduzir estes processos (COELHO, 2012).

### Visitas Experimentais

Durante o desenvolvimento das pesquisas de turismo na região do lago Amanã, foram realizadas cinco viagens experimentais e mais uma após o fim da pesquisa de Lira Neto, em 2015.

A primeira foi realizada no final de 2010. Cinco pessoas foram convidadas, sendo que duas delas já haviam se hospedado na Pousada Uacari. O evento foi considerado um marco, como primeira viagem turística organizada pelo IDSM à RDSA. Teve o caráter de viagem-piloto, sendo totalmente custeada pela pesquisa de TBC do IDSM. Ao final, foi realizada uma reunião com os participantes (visitantes e moradores locais) com o intuito de discutir e avaliar a experiência. Além disso, para ajudar a elaborar o perfil do visitante potencial interessado na região, os turistas responderam a um pequeno questionário (COELHO, 2012).

**Figura 59-** Atrativos da RDSA.



- 1) Foto aérea do lago Amanã (Foto: Eduardo Coelho);
- 2) Morador torrando a farinha de mandioca (Foto: Rafael Forte);
- 3) Garça-da-mata (*Agamia agami* – Foto: Pedro Nassar);
- 4) Macaco zogue-zogue (*Callicebus cf lucifer* – Foto: Pedro Nassar).

Fonte: Arquivo particular de Pedro Nassar, 2017.

A segunda viagem teve por objetivo a observação de aves. Uma pesquisadora membro do IDSM juntamente com seu irmão, guia de ecoturismo, foram convidados para avaliar o potencial da atividade de observação de aves na região. Ao final, elaboraram um relatório com recomendações para *birdwatching* (BERNARDON; BERNARDON, 2012; COELHO, 2012).

As outras três viagens realizadas (uma em 2011 e duas em 2012) tiveram caráter vivencial. Em todas elas os visitantes, conhecidos do pesquisador de turismo na ocasião, se dispuseram como voluntários, proporcionando uma importante experiência para a comunidade, que assim, vivenciando na prática a interação com os turistas, pode se basear em uma referência real para melhor decidir quanto ao turismo de base comunitária na região (COELHO, 2012).

A última viagem foi a única totalmente or-

ganizada pelo grupo de turismo da RDSA<sup>1</sup>. Os alunos do Centro Vocacional Tecnológico (CVT), na ocasião, tomaram a frente e, juntamente com o grupo, levaram dois visitantes para as comunidades, podendo colocar em prática o trabalho desenvolvido até então. O grupo de turismo teve a oportunidade de planejar e executar a viagem, decidindo em conjunto a partilha dos benefícios e o roteiro da viagem.

### Regras

As regras e normas do turismo na região do lago Amanã (Quadro 12) foram discutidas em reuniões do grupo de turismo da RDSA, juntamente com os técnicos e pesquisadores do IDSM ligados ao Programa de Turismo de Base Comunitária e com o Grupo de Pesquisas em Ecologia de Vertebrados Terrestres.

**Quadro 12** - Regras para a realização das atividades de turismo de base comunitária na RDSA.

Regras gerais
O turismo poderá acontecer em todas as áreas de uso, desde que respeitando as regras gerais e específicas da atividade e os acordos locais.
O limite máximo, pré-estipulado, de turistas no setor Lago Amanã, para as estruturas comunitárias existentes será de 100 pessoas/mês ou 1200/ano (não considerando eventos locais como festas).
Proibida a coleta de animais, sementes e cacos. Só é permitida com autorização do órgão competente.
É proibido agredir ou interferir na vida de qualquer espécie da fauna e flora.
Embarcações associadas à atividade turística deverão ter autorização do GT para ingressar na área onde o grupo atua.
A visitação turística deverá ser agendada/comunicada ao GT e acompanhada por guias locais. Sem a autorização das lideranças, não será permitida a visitação à comunidade.
Os turistas só poderão pernoitar nos locais pré-estabelecidos para este fim, através dos acordos locais firmados entre o GT e comunidades.
Lagos e Igarapés
Devem ser acompanhadas por guias locais.
Não é permitido fumar e consumir álcool nos passeios aos lagos e igarapés.
É permitido nadar nos locais adequados/destinados a isso, com acompanhamento de guias e uso obrigatório de colete.

CONTINUA...

<sup>1</sup> O grupo de turismo era composto por 16 pessoas, de seis comunidades do lago Amanã, setor do lago Amanã e Conselho Deliberativo da RDSA.

## Quadro 12 – Continuação

Visitas nas comunidades
Os visitantes só podem entrar nas casas com autorização dos moradores.
Não é permitido filmar ou fotografar sem autorização dos moradores.
Não é permitido coletar quaisquer materiais nas comunidades.
Regras trilhas
A manutenção das trilhas deverá ser feita pelo GT.
O número máximo de visitantes será de 6 por trilhas, respeitando-se o repouso de 3 dias para retorno à mesma.
Só é permitida a visitação no interior da floresta com o acompanhamento de um guia. É proibido fazer barulho nas trilhas, fumar e consumir bebidas alcoólicas.
Não é permitido sair das trilhas durante o percurso.
É obrigatório trazer de volta todo o lixo produzido pelos turistas e guias, assim como o material usado, como botas e calças.
Novas trilhas a serem abertas para o turismo devem ser acordadas entre o GT e comunidades

Fonte: Lira Neto, 2015.

### Conclusões

A região da RDSA possui uma oferta turística de grande potencial e diversidade. As análises realizadas até hoje demonstraram que as atividades ligadas à observação da natureza possuem grande apelo, embora a diversidade sociocultural local também represente um grande potencial a ser explorado. No entanto, algumas lacunas devem ser preenchidas, visando, principalmente, melhorar o planejamento, a organização e a gestão da atividade.

Os maiores esforços até hoje se concentraram em organizar e motivar as comunidades a participarem de atividades de turismo e do levantamento de atrativos disponíveis na área. Embora desde o início das pesquisas tenha havido interesse em participar do ecoturismo, o grupo quase sempre esteve disperso, esperando um líder para tomar a frente nas decisões. Além disso, na eventualidade de distanciamento da equipe do Programa de Turismo de Base Comunitária, como ocorreu durante a ausência do pesquisador do programa, a atividade ficou em segundo plano.

A maior parte da atuação do PTBC sempre foi voltada à Pousada Uacari. Com o processo de transferência de gestão da pousada, o PTBC tende a assumir, cada vez mais, o papel de assessor dessa e de outras iniciativas da região. Com mais tempo disponível para se dedicarem ao turismo regional, os técnicos do IDSM poderão olhar mais direta-

mente para a RDSA. No entanto, será preciso avaliar o quanto as comunidades estarão dispostas a recomeçar mais uma vez.

É necessário desenhar propostas turísticas para a área e submetê-las às análises de mercado e de viabilidade econômico-financeira. É igualmente importante realizar, antes de começar a implementar a atividade, o manejo turístico das áreas visitadas, de forma a garantir a sua conservação. O manejo deve contemplar questões como a sensibilidade dos atrativos, a capacidade para receber visitantes, o acesso, a sazonalidade, os tipos de embarcações e motores disponíveis e o monitoramento da atividade (visitantes, impactos). A participação efetiva das comunidades no levantamento das propostas turísticas para a área é fundamental, e deve acontecer ao longo de todo o processo, desde o zoneamento até a elaboração das normas de visitação, na identificação dos tipos de turismo que se almeja trabalhar e na escolha do modelo de gestão para a atividade turística.

Um intercâmbio constante com a iniciativa de turismo de base comunitária desenvolvida na RDS Mamirauá poderá auxiliar as comunidades interessadas na atividade turística na RDSA a absorver as lições aprendidas com as primeiras, constituindo uma alternativa para qualificação dos gestores locais para o turismo.

O futuro do turismo na RDSA, certamente, pode ser promissor. O município de Tefé

vem desenvolvendo cada vez mais a atividade na região e importantes atores têm despontado no *trade* turístico, como na criação da primeira agência de turismo receptivo da cidade. Não se pode descartar a possibilidade de sinergia entre as RDSs Mimirauá e Amanã, complementares em muitos aspectos.

A base já está fundada. Resta, agora, executar.



# REFERÊNCIAS

- BERNARDON, B.; BERNARDON, G. **Relatório de estudo sobre potencialidade para o turismo de observação de aves nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Amazonas, Brasil**. 2012. 30 f. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Tefé (AM), 2012.
- BOURLON, F.; MAO, P. Las formas del turismo científico en Aysén, Chile. **Gest. Tur.**, v. 15, p.74-98, 2011.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, 2000. 56 p.
- CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO. Disponível em: <www.mamiraua.org.br>. Acesso em: 26 de set. 2017.
- COELHO, E. **Viabilidade do turismo de base comunitária na RDS Amanã**. 2012. 260 f. (Relatório Técnico Final). Pesquisas Sociais, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Tefé (AM), 2012.
- CURTIN, S.; WILKES, K. British Wildlife Tourism Operators: Current Issues and Typologies. **Current Issues in Tourism**, v. 8, n. 6, p. 455-478, 2005.
- DIMANCHE, F.; SMITH, G. Is ecotourism an appropriate answer to tourism's environmental concerns? **Journal of Hospitality and Leisure Marketing**, v. 3, n. 4, p. 67-76, 1996.
- EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. **Estudo sobre o turismo praticado em ambientes naturais conservados**. São Paulo, 2002. 161 p.
- JANÉR, A. Avaliando o mercado de ecoturismo na Amazônia brasileira com foco em Tefé e Santarém. In: OZORIO, R. Z.; PERALTA, N.; VIEIRA, F. S. **Lições e Reflexões sobre o Turismo de Base Comunitária na Reserva Mamirauá**. Tefé (AM): IDSM, cap. 2, p. 35-62, 2017.
- LIRA NETO, A. de. **Articulação e definição de atrativos e normas para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no lago Amanã**. 2015. (Relatório técnico final). Centro Vocacional Tecnológico, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Tefé (AM), 2015.
- MAYO, M. B. Turismo vivencial: un ejemplo responsable sin ingredientes artificiales. **Investigación y Análisis**, p. 20-23, 2006.
- OZORIO, R. **Levantamento do potencial para a atividade de turismo de base comunitária na Reserva de desenvolvimento sustentável Amanã**. 2009. 54 f. (Relatório Técnico Final). Pesquisas Sociais, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Tefé (AM), 2009.
- OZORIO, R.; PERALTA, N.; VIEIRA, F. S. **Lições e Reflexões sobre o Turismo de Base Comunitária na Reserva Mamirauá**. Tefé (AM): IDSM, 2017. 296 p.
- PERALTA, N. **Os ecoturistas estão chegando**: aspectos da mudança social na RDS Mamirauá, AM. 2005. 204 f. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém (PA), 2005.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de Viagem à Reserva Amanã – 15 a 22 de janeiro de 2007**. 2007. 4 f. (Relatório Técnico). Ecoturismo, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Tefé (AM), 2007.
- \_\_\_\_\_. Ecoturismo como incentivo à conservação da biodiversidade: o caso da Pousada Uacari. In: OZORIO, R. Z.; PERALTA, N.; VIEIRA, F. S. **Lições e Reflexões sobre o Turismo de Base Comunitária na Reserva Mamirauá**. Tefé: IDSM, 2017, cap. 9, p. 170-188.
- SALVATI, S. S. O WWF-Brasil e o turismo responsável. In: MITRAUD, S. **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF-Brasil, Seção 2, 2003. p. 23-29.
- SANTOS, A. S. R. **Observando as aves**. Disponível em: <www.ultimaarcadenoe.com.br>. Acesso em: 25 set. 2017.
- SIMONETTI, S. R.; NASCIMENTO, E. P. Uso público em unidades de conservação:



fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA II, 2012, Manaus (AM). **Anais do...**, Manaus (AM), 2012. p. 16.

STRONZA, A. The economic promise of ecotourism for conservation. **Journal of Ecotourism**, v.6, n. 3, p. 210-230, 2007.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. Disponível em: <[www.ecotourism.org](http://www.ecotourism.org)>. Acesso em: 20 set. 2017.

WUNDER, S. Ecotourism and economic incentives – an empirical approach. **Ecological Economics**, v. 32, p. 465-479, 2000.